

INTELECTUAIS E ARTISTAS NAS ESTRATÉGIAS FRANCESAS DE “PROPAGANDA CULTURAL” NO BRASIL (1940-1944)¹

HUGO SUPPO

Doutorando na Universidade Paris III

RESUMO: Análise comparativa dos discursos das diferentes políticas culturais francesas a partir da documentação dos Arquivos Diplomáticos franceses. A comparação das estratégias gaullista e vichyista esclarece os verdadeiros interesses das “missões” dos intelectuais e artistas franceses: utilizar a influência cultural francesa sobre as elites brasileiras como instrumento de propaganda política.

ABSTRACT: Comparative analysis of the different french culture policies as seen from the Records of the French Foreign Office. Comparing both gaulliste and vichyste strategies reveals the real aim of the missions accomplished by the french intellectuals and artists. The vichyste government, and later the “French Committee for National Liberation”, use french cultural influence on brazilian elites as a means of political propaganda.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais, Política Cultural, Propaganda Cultural, Presença Francesa no Brasil, Intelectuais.

KEY-WORDS: International Relations, Cultural Policy, Cultural Propaganda, French Presence in Brazil, Intellectuals.

A “política cultural” do governo de Vichy

Após a assinatura do armistício franco-alemão de 1940, que levou o Estado francês a colaborar com a potência vencedora, o isolacionismo político francês, a perda de prestígio, e as limitações de uma França reduzida, em todos os sentidos, levaram o governo a optar pela via cultural, única saída possível de ação no exterior.

No final de 1940 já se realizava no Brasil, com o apoio do governo brasileiro, um certo número de

eventos culturais franceses: a Exposição de Pintura Francesa, as Missões Militar e Universitária. O governo de Pétain organizou sua ação a partir dessas

1. Adaptação do trabalho premiado na reunião anual da SBPC de 1994 com a “Menção Honrosa”. Foram utilizados para a realização deste trabalho exclusivamente os Arquivos do Ministério das Relações Exteriores Francês (MAE), as séries consultadas ao longo deste texto serão abreviadas como: “Série Vichy Amérique 1940-1944” (Vichy); “Série Vichy Amérique Oeuvres V-RC-OE” (Oeuvres); “Série Guerre 1939/45 Argel CFLN e GPRF” (Argel); “Série Guerre 1939/45 Londres CFLN” (Londres).

bases, acrescentando dois grandes projetos de *tournées* artísticas, a do grupo de teatro Louis Jouvet e a dos Petits Chanteurs à la Croix de Bois. O primeiro, na linha tradicional de grandes espetáculos destinados às elites; o segundo, destinado ao público católico. Em ambos, o objetivo era provar que o novo governo, nascido da *collaboration*, defendia os valores eternos da França. A França não estava morta; bem ao contrário, ela se reencontrava consigo mesma depois da decadência republicana. Esta era a imagem a se propagar, onde não havia lugar para a cultura popular francesa.

A presença da França no Brasil, fundamentalmente entrelaçada ao mundo “cultural”, e até mesmo seus principais produtos exportados eram estreitamente ligados ao *génie* particular da França: obras de arte, produtos de luxo etc. O regime autoritário de Pétain fará das ações culturais, as únicas possíveis no estrangeiro, um instrumento de propaganda política cujo alvo era a conquista das elites locais, por isso privilegiava-se a qualidade dos produtos. No caso do Brasil, esta estratégia contava com a ajuda do Estado Novo, que silenciava pela censura as atitudes dos partidários do general De Gaulle.

Os professores franceses em “missão”²

A maioria dos professores já se encontrava no Brasil no momento da organização dos programas culturais do regime de Vichy. O envio dessas missões de docentes remontava ao início do século, mas o movimento se intensificou nos anos trinta e mais particularmente quando da criação da Universidade

de São Paulo, em 1934, e da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1935. Esta política francesa atendia aos anseios de uma certa elite brasileira cujos projetos e ambições, por várias razões, passavam pelo âmbito cultural francês.

Essas missões foram organizadas pelo Service des Oeuvres Françaises à l'Étranger, organismo do MAE, sendo suas características e objetivos claramente definidos na nota seguinte:

...uma necessidade essencial de toda propaganda francesa no estrangeiro reside na possibilidade do segredo. Mesmo na área intelectual, a colaboração oficial com, por exemplo, os professores franceses destacados nas universidades estrangeiras ou com tal coletividade ou agrupamento estrangeiro amigo da França deve se exercer em silêncio.

Toda organização criada com grande esforço de publicidade, sem ser dotada de recursos realmente abundantes, unirá o máximo de riscos ao mínimo de eficácia. Ela corre o risco de criar obstáculos à ação de nossos representantes diplomáticos e consulares, de desconsiderar o esforço admirável e tão insuficientemente desconhecido de nossos professores e de nossos religiosos no estrangeiro, de dificultar a dedicação desinteressada de nossos amigos do exterior. A França não possui, efetivamente, poderosas e sólidas colônias em país estrangeiro da qual possamos nos servir, à maneira dos alemães e dos italianos, como um dos meios de pressão sobre a política interna dos diferentes países. Mas ela tem amigos fiéis; ela tem obras vivas. Devem ser apoiadas, documentadas, sem as comprometer.

Concluindo, esta nota afirmava:

Enfim, esta política se articula a um *método*. Para suas realizações no estrangeiro, o Service des Oeuvres se sujeita a procurar sempre, não somente o consentimento de princípio, mas ainda, quando é possível, a participação positiva e mesmo a contribuição financeira dos países interessados. Desta maneira podemos dizer que o que é chamado comumente nossa propaganda, no seu aspecto mais importante, se faz em associação formal e ativa com o estrangeiro. Vê-se como sua ação pode ganhar em eficiência, em legitimidade mesmo (citada por SALON, 1981, pp.197-199).

Tais professores foram então escolhidos de forma organizada, planejada, sendo orientados e encorajados

2. Lista dos docentes franceses no Brasil: 1. *Universidade do Rio*: Fortunat Strowski, René Poirier, Antoine Bon, Jacques Lambert, André Ombredane, Maurice Byé, André Gros, Victor L. Tapié. 2. *Cursos de Francês do Liceu Francês do Rio*: A. Bon. 3. *Universidade de São Paulo*: Paul Arbousse-Bastide, Roger Bastide, Paul Alfred Bonzon, Jean Gagé, Paul Hugon, Jean Maugué, Pierre Monbeig. 4. *Liceu de São Paulo*: Roger Gouze, R. Gouze, Georges Raeders.

gados a se transformarem em verdadeiros símbolos da cultura francesa. Estavam marcados pelo que Albert Salon denominou de “messianismo civilizador e ideológico”; influenciados pelo *air du temps* e, de uma forma ou de outra, conscientes do papel que se lhes incumbia. A guerra os colocava numa situação difícil: como representar a França sem se solidarizar com seu governo? Tanto mais que esse mesmo governo era, também, o patrão?

O regime pétainista fez tudo para mantê-los nos seus postos, e instruções foram dadas para a renovação dos contratos com as universidades brasileiras, e para a manutenção dos postos de trabalho na França.

A maior parte desses professores estava de acordo com a decisão do governo vichysta, porém a situação era delicada: os professores dependiam economicamente de dois governos autoritários e solidários no plano ideológico. Até a Conferência do Rio de Janeiro de 1942 e a entrada na guerra dos Estados Unidos, o governo brasileiro reprimiu toda atividade contra o governo vichysta. Seria difícil generalizar o comportamento dos professores; podemos simplesmente balizar aqui e ali o trajeto de alguns dentre eles para mostrar que, se por um lado, e apesar de algumas exceções, todos foram contra Vichy, por outro lado, e paradoxalmente, a ação “cultural” dos mesmos se integrava à política cultural do governo francês.

A política cultural vichysta se dirigia às elites brasileiras, e nisto há uma linha de continuidade com as políticas anteriores. Os produtos culturais são os mesmos, mas não têm mais a mesma credibilidade: a derrota e a colaboração ofuscaram a imagem francesa. Entretanto, esta política cultural não é uniforme. Duas práticas diferentes chegam mesmo a se opor: a do Consulado Geral em São Paulo e a da Embaixada no Rio.

A política do cônsul francês em São Paulo

Em 20 de março de 1941, um novo cônsul geral

é nomeado para o Consulado de São Paulo: Maurice Pierrotet, fervoroso partidário da *Révolution Nationale*. Quatro meses após sua chegada, ele concluiu que o problema da colônia francesa de São Paulo era o número excessivo de judeus: 700 dos 2 000 franceses registrados, ou seja, 30%. Ele propunha, entre outras medidas, a aplicação das leis em vigor na França: por um lado, a desnaturalização dos dissidentes e, por outro, a obrigatoriedade da menção “religião ou raça” em todos os pedidos de registro, de passaporte etc.³.

Empregando todos os meios para desencorajar os dissidentes do regime vichysta, como a negação de passaporte e a anulação das subvenções às associações, chegando até mesmo a conseguir a perda da nacionalidade do chefe gaullista de São Paulo, Jacques Funke, algumas dessas medidas foram apoiadas pelo governo francês, a quem Pierrotet se dirigia diretamente, sem passar pela embaixada.

Sobre a situação dos professores, Pierrotet definiu o que entendia por política cultural:

[A] Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, de criação relativamente recente, foi instituída (no tempo do regime liberal-democrático que precedeu o governo autoritário do presidente Vargas) para obstaculizar a ação da Faculdade Católica de Filosofia dos Beneditinos. O corpo de professores é em sua maioria de estrangeiros: sete franceses, vários italianos, alemães (judeus) naturalizados brasileiros, um inglês. Esta faculdade só tem uma pequena influência nos meios brasileiros e não contribui para formar as elites dirigentes, que saem da Faculdade de Direito, no Brasil como em todos os outros países da América do Sul; é também lamentável que nós não tenhamos penetrado na Faculdade de Medicina, tão importante quanto a Faculdade de Direito. Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras saem somente professores do ensino médio, que não possuem de modo algum no Brasil, na hierarquia social, a influência moral que podem ter nossos professores de liceu na França.

3. Cf. Vichy, vol. 114, carta 18A6, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 19.06.41.

Não é bom, de outra parte, ter enviado para exercer funções universitárias professores do ensino secundário (à exceção dos professores Hugon e Gagé), vários dos quais estão aqui há muitos anos, com condições de vida material e profissional muito menos agradáveis, e desejam com apreensão o retorno à França. Não é impossível – dadas as circunstâncias políticas – que alguns fiquem definitivamente no Brasil e se naturalizem brasileiros (o que lhes foi oferecido em julho de 1940). Se isto viesse a acontecer, a expansão da cultura francesa não ganharia em nada.

Cinco dos sete de nossos professores são protestantes. Outro inconveniente grave num país totalmente católico, onde o clero tem um papel predominante, pelo maior bem do país. O estado de espírito de nossos professores em geral, e o fato de que eles tenham sido escolhidos com o aval dos meios brasileiros e franceses de “esquerda”, os têm levado a freqüentar esses mesmos meios em São Paulo. Porém tais brasileiros foram eliminados dos postos oficiais pelo governo Vargas e se encontram em situação instável (só Hugon, chegado recentemente, pôde e soube relacionar-se com os meios católicos, que são os mais úteis para nós nas atuais circunstâncias). E esta situação levou inevitavelmente os outros seis professores a apoiarem o comitê gaullista de São Paulo⁴.

Pierrotet propunha, para acabar com esta situação: controle mais rigoroso das atividades dos professores, aumento dos salários franceses e a nomeação de professores universitários para as faculdades de direito, economia política, medicina e ciências. Ele sugeria ainda que estes últimos fossem “professores católicos”. Por afinidade ideológica, ele se identificava totalmente com os professores Paul Hugon e Georges Raeders.

A política do embaixador francês

Já a política do embaixador Saint Quentin foi de um antigauillismo moderado, e, apesar de sua adesão à política de Pétain, ele soube conservar uma certa autonomia. Os conflitos com Pierrotet não tardaram a se produzir, pois Saint Quentin se opunha às medi-

das racistas propostas por Pierrotet, não porque não fosse anti-semita, mas por razões políticas.

O embaixador valorizava em sua justa medida a presença dos professores franceses no Brasil; para ele, tratava-se de conservar os interesses da nação francesa acima de qualquer posição política ou ideológica. Para isto era necessário manter os professores em seus postos, consciente que estava quem eram seus melhores colaboradores.

Saint Quentin se preocupou sobretudo com o destino dos professores Lambert, Bon e Poirier. O primeiro porque “pelo seu ensino, suas conferências e seus artigos, exerce uma ação muito útil, particularmente nos meios católicos”⁵.

Em uma viagem a São Paulo em maio de 1941, Saint Quentin se reuniu com estes professores que reivindicavam o título de *maîtres de conférences*, a fim de poderem se nivelar aos salários e ao prestígio dos professores italianos⁶. Uma “pequena” promoção lhes foi concedida por Vichy⁷ mas Pierrotet, não estando de acordo, solicitou ser consultado no futuro e de imediato propôs deferir “na medida do possível a promoção de Roger Bastide, Bonzon e Monbeig”⁸.

No final de 1941, o Service des Oeuvres Françaises à l'Étranger ordenou um inquérito sobre o comportamento político dos professores com o objetivo de punir os eventuais “dissidentes”. Saint Quentin, ainda que bem informado sobre as atividades dos professores, respondeu à Vichy que todos estes estavam articulados à política oficial. Como o

5. *Oeuvres*, vol. 70, telegr. 511 a 515, St Quentin ao MAE, Rio, 27.09.41.

6. Cf. *Oeuvres*, vol. 70, carta 11, St Quentin ao MAE, Rio, 12.05.41.

7. Pelo decreto de 4.12.41 “Monbeig foi promovido da 4ª à 3ª categoria e Maugué da 5ª à 4ª”. Igualmente seria pedida para Arbousse-Bastide “uma promoção de 3ª à 2ª categoria”. Cf. *Oeuvres*, vol. 70, carta 20, MAE à Pierrotet, Vichy, 22.12.41.

8. *Oeuvres*, vol. 70, carta 13, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 23.02.42.

4. *Oeuvres*, vol. 70, carta 37, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 27.08.41.

governo brasileiro só havia prorrogado os contratos dos professores até o final de 1942, Saint Quentin concluiu que “se um de nossos professores retornasse antes dessa data por razões políticas ele não seria certamente substituído por um francês”⁹.

A ação de Pierrotet foi radicalmente oposta: convocou todos os professores e pediu o retorno imediato dos dissidentes. Segundo ele, existiam dois tipos de comportamento: o de professores com uma “atitude perfeita”, como Hugon, Arbousse-Bastide, Roger Bastide, Maugué, o casal de professores Gouze e Georges Raeders; e o de professores com uma “atitude extremamente criticável”, como Bonzon, Gagé e Monbeig, “cujas opiniões gaullistas são notórias assim como suas relações com o Consulado Geral da Inglaterra e o Comitê Gaullista”¹⁰.

Pierrotet tinha então uma política seletiva em relação aos professores, como ele classificava Roger Bastide na primeira categoria, pediu ao CNRS (Conselho Nacional de Pesquisa Científica) para financiar a viagem de pesquisa de campo necessária para R. Bastide acabar sua tese de doutorado e paralelamente comprar objetos destinados ao Museu do Homem¹¹. O cônsul de São Paulo tinha ficado vivamente impressionado por um artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 15.6.41, pelo sociólogo francês, “A Vida Literária na França depois da Guerra”, onde R. Bastide afirmava que “todo mundo percebe que uma grande época começa para a França”. Uma França que continuará a *rayonner* já que “nenhum outro povo pode transmitir ao mundo a mesma mensagem espiritual que a França”. Pierrotet considera-

va o artigo “notável” e “particularmente apropriado para uma difusão em todos os países americanos”¹².

Alguns meses depois, o cônsul ficou surpreso ao saber¹³ que o mesmo R. Bastide tinha participado da recepção organizada pela Escola Livre de Sociologia e Política em homenagem ao professor inglês Radcliffe-Brown, da Universidade de Oxford, em missão de um ano no Brasil. R. Bastide se aliava assim com os inimigos da Révolution Nationale.

Paul Hugon, ao contrário era o aliado perfeito do cônsul, que o considerava como “o melhor de nossos professores franceses em São Paulo”. Mas, justamente em razão de sua política sectária e intolerante, Pierrotet criará um vazio à sua volta.

No início de 1942, foi criado um Centro de Estudos e de Informação para as Relações com a América do Sul, ligado à Ecole Libre des Hautes Etudes Française, criada pouco tempo antes em Nova York, e dirigida por Claude Levy-Strauss. “À parte algumas exceções, todos os membros desta escola são de tendência gaullista e totalmente opostos à ação de nosso governo”¹⁴, alerta o embaixador francês nos Estados Unidos. Este Centro de Estudos procurou logo a adesão dos professores instalados no Brasil, o que alarmou o Service des Oeuvres¹⁵. Uma parte importante dos professores aderiu.

O embaixador francês “rompe” com Vichy

O governo de Pétain, logo após o desembarque das tropas americanas em 8 de novembro de 1942 no Norte da África, cortou as relações diplomáticas

9. *Oeuvres*, vol. 70, carta de Quentin a Pierrotet, Rio, 24.11.41.

10. *Oeuvres*, vol. 70, carta 197, Pierrotet a St Quentin, São Paulo, 11.12.41.

11. *Oeuvres*, vol. 70, carta 29, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 29.07.41.

12. Cf. Vichy vol. 116, carta sem nº, Pierrotet ao “Amiral de la Flotte”, 12.07.41, a tradução em francês do artigo acompanha a carta.

13. Cf. *Oeuvres*, vol. 70, carta 38, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 01.04.42.

14. *Oeuvres*, vol. 96, teleg. 1090, Henry Haye ao MAE, Washington, 17.03.42.

15. Cf. *Oeuvres*, vol. 96, teleg. 150, Peyrouton ao MAE, Buenos Aires, 12.03.42; e também *Oeuvres*, vol. 96, teleg. 700, Rochat à embaixada francesa em Washington, Vichy, 14.03.42.

com os Estados Unidos. A Alemanha ocupou toda a França alguns dias depois. Tudo se precipita entre janeiro e junho de 1943, data da vitória da France Combattante. Três governos reivindicavam a representação da nação francesa. No entanto a situação no Brasil tinha suas particularidades.

O Brasil tomou claramente partido do lado dos Estados Unidos e seguiu a recomendação da Conferência do Rio de Janeiro (janeiro de 1942) de romper com o Eixo. Em troca do rearmamento de seu exército pelos Estados Unidos, o Brasil apoiou todas as propostas americanas (MOURA, 1991, p.12). Nos meses seguintes, a questão da ruptura das relações diplomáticas com Vichy foi muito discutida. Em junho de 1942 tudo indicava que o pior iria se produzir. Saint Quentin propõe entrar em contacto com as autoridades suíças no Rio para desde então organizar a proteção dos interesses franceses¹⁶.

Nesta situação-limite, mesmo quando o correio de Vichy destinado ao Brasil estava bloqueado em Lisboa¹⁷, a preocupação principal de Saint Quentin era o destino dos professores em missão no Brasil. Ele escreve: “o caso mais interessante é o dos membros do ensino francês que lecionam nas universidades brasileiras”. Como o Ministério da Educação brasileiro era favorável a sua permanência, resta a fazer tudo para os impedir que passem à “dissidência”. Era necessário, dizia o embaixador, dar à Legação Suíça as condições de poder continuar “a lhes pagar as gratificações que lhes são asseguradas atualmente pelo Departamento e pelo Ministério da Educação Nacional”¹⁸.

Após a ruptura das relações diplomáticas entre Vichy e os Estados Unidos, Saint Quentin se encontrou numa situação insólita. O governo de Vichy tinha-lhe ordenado retornar à França ou, em todo caso, ir a Buenos Aires e aguardar novas instruções. Saint Quentin preferiu uma outra solução: ficar e aderir ao governo do general Giraud, constituído no Norte da África, para onde enviou informações detalhadas sobre os 22 professores em missão no Brasil:

...todos têm relações corretas, e geralmente amigáveis, com a embaixada e os consulados, do Rio ou de São Paulo. Eles têm sido, nos últimos três anos, o objeto de instigações prementes da parte das organizações da France Libre ou Combattante que não os pouparam nem de promessas, nem mesmo de ameaças. Alguns cederam. Dois partiram, um para o Levante, e o outro para Londres¹⁹. Um outro se alistou e deve partir de um momento a outro. Mas, salvo o professor Wormser, nenhum deles pode ser considerado como um militante da France Combattante.

Ao mesmo tempo, cinco dentre eles, Poirier, Lambert, Ruellan, Hugon, Michel Simon, os quatro primeiros oficiais de reserva, o quinto reformado n.º 1, anunciaram ao nosso adido militar o desejo de irem para a África do Norte²⁰.

Saint Quentin propõe toda uma estratégia para mantê-los sob sua influência; graças à sua iniciativa os salários tinham sido aumentados uniformemente em 50% a partir de 1.º de fevereiro de 1943, “data em que a embaixada e os consulados recuperaram sua independência com relação ao orçamento do Estado francês”²¹.

Mas a maioria dos professores é hermética aos planos do embaixador, sem portanto militar pelo gaullismo.

16. Cf. Vichy vol. 122, carta 11, St Quentin ao MAE, Rio, 9.06.42; e também Vichy vol. 122, teleg. 423, MAE a St Quentin (resposta à carta citada acima), Vichy, 10.07.42.

17. Cf. Vichy vol. 185, Nota pela “Sous-Direction Amérique” 3273, Vichy, 01.10.42.

18. Vichy vol. 122, carta 11, St Quentin ao MAE, Rio, 09.06.42.

19. N.A.: trata-se respectivamente dos professores Maurice Byé e André Gros.

20. *Oeuvres*, vol. 70, carta 2, St Quentin ao General Giraud, Haut Commissaire pour l’Afrique Française (“Secrétariat des Relations Extérieures”), Rio, 10.03.43.

21. *Ibidem*

O embaixador francês não adere ao general De Gaulle

O governo brasileiro, mais uma vez, seguiu os Estados Unidos, apoiando o general Giraud e seu representante no Brasil, ao mesmo tempo que conservava com os gaullistas uma grande tolerância. Em 16 março de 1943, o governo brasileiro, por intermédio do seu enviado especial a Argel, Vasco da Cunha, reconheceu Saint Quentin como o representante da França. Reconhecimento de fato, já que não houve comunicado oficial.

Para Saint Quentin, a situação parecia ficar cada vez mais clara e segura: os Estados Unidos apoiavam o general Giraud e ele próprio era apoiado pelo governo brasileiro. Ele contactou o representante do general De Gaulle para a América do Sul, Albert Ledoux, e propôs trabalharem em comum acordo durante esse período de transição pois tratava-se de salvar os interesses da França²². Ledoux não aceitou, considerando que a embaixada estava ocupada de uma forma ilegítima por Saint Quentin, que não tinha em consequência nenhum poder para negociar²³.

Entretanto, entre Argel e Londres uma aliança tinha sido estabelecida: o Comité Français de Libération Nationale (CFLN) foi criado em 3 de junho de 1943. A embaixada no Rio foi seu interlocutor privilegiado no Brasil e, em consequência, Saint Quentin foi durante alguns meses o representante oficial do Comité de Argel.

Um período de lutas começou entre os ex-vichystas e os gaullistas de primeira hora. Estes últimos reclamavam a saída dos primeiros, considerados como traidores e inimigos, luta de depuração que durou vários anos. O controle político do CFLN pelo general De Gaulle, em julho de 1943, e a retirada do general Giraud foram determinantes para

acabar com esta situação. Foi enviado ao Brasil um único representante da França, Jules-François Blondel, que assumiu oficialmente seu cargo em 11 de outubro de 1943 na qualidade de Delegado do Governo Provisório da República Francesa no Brasil²⁴, com estatuto de embaixador²⁵.

A “política cultural” do CFLN no Brasil

Para o CFLN era o momento de se fazer um balanço de mais de três anos de política vichysta, e de determinar as grandes linhas da ação futura. O balanço econômico era negativo; a França se encontrava numa situação comercial de bloqueio por causa da falta de meios de pagamento no Brasil. Era preciso esperar a liberação do território francês para poder restabelecer as ligações comerciais com o Brasil. Em relação aos investimentos franceses, o governo carecia de estudos aprofundados. As empresas francesas de serviço público tinham praticamente desaparecido, as estradas de ferro e os portos tinham sido retomados pelo governo brasileiro. Uma nota do final de 1943 afirmava:

...as elites sul-americanas, tão ligadas tradicionalmente à nossa cultura, têm continuado a procurar nossos educadores, nossos professores, nossos artistas e a esperar as diretrizes do pensamento francês. Na maioria desses países, o domínio norte-americano aumentou, nos aspectos militar, comercial, financeiro, industrial e, em certos casos, cultural. Procurando limitar a extensão desta ação que, em muitos casos, lhes é vantajosa ou mesmo indispensável, muitos dentre eles desejam, contudo, reservar à ação desinteressada da França e à cultura francesa, o domínio do espírito. Nós temos podido promover, graças às subvenções de Londres ou de Vichy, a maioria de nossas obras e de nossos educadores. Nossas posições são ainda bem sólidas e podem servir de ponto de partida a novos “rayonnements”.

24. Argel, vol. 751, teleg. sem n., Ledoux a Massigli, 11.10.43.

25. Cf. Argel, vol. 751, teleg. 189 a 191, “Diplofrance Massigli”, 12.10.43; e também a resposta a esse teleg., no mesmo volume, teleg. 214.

22. Argel, vol. 751, teleg. n.57 “Secret”, St Quentin, Rio, 14.06.43.

23. Argel, vol. 751, teleg. de Ledoux, Rio, 05.06.43.

A nota concluía:

O apego muito particular do Brasil e da elite brasileira à França e à sua cultura tem levado o governo do Presidente Vargas a adotar, em relação à França, uma política de realismo amigável. Tendo conservado com os vichystas relações cordiais até novembro de 1942, e tendo ao mesmo tempo entabulado relações oficiosas com a “France Combattante” em junho de 1942, o governo brasileiro não quis jamais cortar relações com a França²⁶.

Em poucas linhas são determinados os elementos de uma verdadeira política cultural, continuadora da política de Vichy. Em oposição aos Estados Unidos, símbolo do progresso e do materialismo, a França espiritual, a França eterna, oferecia sua cultura desinteressada.

O professor Maurice Byé foi o primeiro a aderir ao movimento gaullista e, em 1942, deixava o Brasil para se reunir às Forças Francesas no Levante. Num relatório datado de maio de 1942, ele descrevia a situação geral no Brasil e em particular as relações franco-brasileiras com uma clareza extraordinária, concluindo que, antes da guerra, o Brasil representava “uma das partes mais valiosas deste império cultural francês que, muito mais que nosso império colonial, nos conferiu durante três séculos o estatuto de “grande nação”²⁷ (sublinhado no original). Ele lembrava ter sido até consultado pelo Ministro da Educação por ocasião da reforma do ensino secundário brasileiro, em 1942. Graças à sua ação e à dos francófilos brasileiros, a língua francesa conservara um lugar importante no ensino brasileiro:

26. Argel, vol. 1291, “Etat des relations des pays d’Amérique Latine avec la França”, nota sem cabeçalho, 13.11.43.

27. O Relatório de M. Byé é datado de 05.05.42 em Durban. Cf. Londres, vol. 235, carta 100, “Colonel Peckoff Délégué du Comité National Français en Afrique du Sud” ao “Commissaire National aux Affaires Etrangères” Londres, Pretória, 10.06.42.

... eu pude obter o aumento das horas dedicadas ao francês que será doravante ensinado de maneira obrigatória durante 7 anos, coisa jamais vista no Brasil. Eis aí então um país, onde nós podemos dizer que em boa parte graças a nós, a posição da cultura francesa, por um futuro ilimitado, encontra-se fortalecida em pleno período tenebroso²⁸.

Maurice Byé participou, de fato, de forma intensa na elaboração da política da educação brasileira: por exemplo, fez parte, com Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões, da comissão que apresentou, em 13 de maio de 1941, um novo projeto de Curso Superior de Ciências Econômicas ao ministro Capanema (SCHWARTZMAN, 1984, p. 224).

O professor André Gros aderiu, por sua vez, às forças gaullistas. Ele também escreveu um relatório muito interessante sobre a situação no Brasil, no qual sustentava que a França devia manter sua imagem tradicional no Brasil:

... esta posição francesa clássica pode se definir por uma velha amizade tradicional, as invocações à França, defensora da liberdade dos povos e país dos grandes gestos heróicos e desinteressados. É por este lado sentimental que nós temos sempre atingido os meios dirigentes do Brasil; isto nos aproxima, com efeito, da tradição “fidalgo” dos primeiros conquistadores portugueses...

Os elementos sensíveis à cultura francesa estão a favor da “France Libre”; a elite (2000 pessoas aproximadamente) não quer prejudicar nenhum francês, porque não se critica um amigo e todo francês é, só pela sua nacionalidade, um amigo. [...] Em consequência, não se pode esperar dos dirigentes uma tomada de posição; além do que, Washington os impediria. Em compensação, todas as questões de ordem individual são resolvidas com o maior desejo de facilitar as coisas e o de prestar serviço ... [...] O perigo de um enfraquecimento da posição francesa vem, de uma parte, da decepção de certos intelectuais em relação à França que os têm frustrado e, de outra, da atração dos jovens pelos Estados Unidos, que fazem tudo para os atrair (bolsas de estudo – propaganda pelo cinema). A situação desesperada do livro e do teatro francês é um perigo suplementar. Foi necessária

28. *Ibidem*

a intervenção de três professores franceses do Rio junto ao Ministro da Educação para conseguir manter o francês como língua obrigatória no ensino secundário, à época da reforma de julho de 1942. Me parece possível desenvolver os elementos favoráveis de influência francesa no Brasil. A sociedade desempenha um papel essencial num país de governo quase colonial, onde as grandes famílias conservam ainda um poder pessoal. É ainda fácil manter o prestígio francês pelas relações pessoais com essas famílias²⁹.

A. Gros concluía sua nota sublinhando os futuros pontos de união entre a França e o Brasil: o abastecimento da França logo após a liberação e a resistência à dominação norte-americana. Entretanto, a política futura da França não deve se opor radicalmente aos Estados Unidos; ao contrário:

... toda a força, como efeito de nossa posição no Brasil, repousa de hoje em diante, sobre o aspecto de “elemento de equilíbrio” que nós representamos no futuro para contrabalançar a influência dos Estados Unidos³⁰.

Jules-François Blondel, imediatamente depois de sua chegada ao Brasil, estabeleceu como prioridade a manutenção dos professores franceses, inclusive conservando alguns daqueles denunciados como ex-vichystas, como o professor F. Strowski³¹ pois a missão universitária francesa no Brasil, na ocasião, era a mais importante que existia no mundo³². Como os contratos desses professores nas universidades de São Paulo e do Rio expiravam em 31 de dezembro de 1943, era necessário, a qualquer preço, renová-los. Enquanto isso, Blondel continuaria a pagar seus salários³³. As estruturas necessárias para a nova política cultural francesa foram imediatamente organizadas por Blondel. Em dezembro de 1943, foi criado um Serviço de Informação, seguido alguns meses depois por um Serviço Cultural. A título provisório, Blondel propunha dois candidatos à direção destes

29. *Londres*, vol. 235, “Nota sobre a situação política no Brasil”, janeiro 43, preparada por A. Gros em Londres.

30. *Ibidem*

dois serviços, na qualidade de adidos: Arbousse-Bastide para o primeiro, e Jacques Lambert³⁴, para o segundo.

O Serviço de Informação

O professor Arbousse-Bastide morava há nove anos no Brasil e, desde setembro de 1940, tinha aderido à *France Combattante*³⁵, tendo sido fundamental seu papel na montagem da política cultural francesa. Notemos que, apesar de suas simpatias gaullistas, ele soube conquistar as simpatias do cônsul Pierrotet, cujas ações em favor da *Révolution Nationale* já foram descritas. Em 1942, este cônsul classificara Arbousse-Bastide no grupo dos professores com uma “atitude perfeita” e, em 26 de março de 1942, enviara ao almirante Darlan uma nota³⁶, preparada pelo próprio Arbousse-Bastide, em que este apresentava seus “diversos trabalhos pessoais e atividades de propaganda”: ele havia sido presidente da Aliança Francesa de São Paulo e da Comissão de Estudos do Liceu Franco-Brasileiro e participado ativamente da vida política brasileira, posicionando-se, em diversas ocasiões, sobre a organização do sistema educacional do país. Desfrutava

31. O professor F. Strowski foi confirmado como responsável do *baccalauréat*. Cf. Argel, vol. 1621, teleg. sem n., “Diplofrance” à Embaixada Francesa no Brasil, 04.12.44.

32. Cf. *Oeuvres*, vol. 70, “Service des Oeuvres”: Nota sobre o ensino do francês no Brasil, 06.12.44.

33. Cf. Argel, vol. 1621, teleg. 3, Blondel, Rio, 03.01.44; e também no mesmo vol. a resposta ao teleg. acima, teleg. 12, 12.01.44.

34. O retorno do professor J. Lambert era já previsto. Ele foi restituído pelo preço das passagens marítimas e indenizado pelos gastos de reinstalação. (cf. Argel, vol. 1621, teleg. 311, “Diplo” a Blondel, Argel, 20.12.43). Blondel afirma que: Lambert fez prova de “espírito de disciplina e de abnegação” (cf. Argel, vol. 1621, teleg. 278 “Secret”, Blondel ao MAE, Rio, 20.11.43).

35. Argel, vol. 751, teleg. 288 “Secret”, Blondel a “Diplofrance”, Rio, 23.11.43.

36. *Oeuvres*, vol. 70, carta 35, Pierrotet ao MAE, São Paulo, 26.03.42.

de uma grande estima da parte dos intelectuais brasileiros e havia, por exemplo, escrito o prefácio, em francês, do livro de Gilberto Freyre, *Um Engenheiro Francês no Brasil*³⁷.

Para Blondel, Arbousse-Bastide era a pessoa ideal. Em março de 1944, este foi nomeado adido para a Informação.

O Serviço Cultural

Em janeiro de 1943, Blondel propôs, a título provisório, a criação de um Serviço Cultural junto à embaixada. Foi entre os professores franceses em missão no Brasil que Blondel encontrou um candidato perfeito para o posto, o professor J. Lambert, escolhido por seu “prestígio” e “estima” no Brasil³⁸; ele ocuparia suas novas funções conservando, com o acordo da Universidade do Rio, sua cátedra e seu salário. No entanto, o novo adido cultural escolhido pelo Service des Oeuvres foi o professor Raymond Warnier³⁹; que chegou ao Rio em maio de 1944.

R. Warnier começou a trabalhar assim que chegou. Quinze dias depois, ele já havia estabelecido um balanço da situação no Rio: a França poderia reconquistar suas posições anteriores se colocando numa posição solidária com os brasileiros contra a dominação cultural americana. Imediatamente

37. Este prefácio lhe permitiu fazer o paralelo entre esse técnico francês do século passado, vindo ao Brasil para o “servir”, e sua própria situação atual de “técnico intelectual ao serviço do Brasil”. Para ele o livro de Gilberto Freyre era importante porque “reconstitui um lado pouco conhecido do *rayonnement* francês fora da França”, sua contribuição técnica. Gilberto Freyre teria com esse livro deixado claro “tudo o que este francês soube aportar ao Brasil de clarividência, de pessoal, de desinteressado e de humano”.

38. Argel, vol. 1621, teleg. 107, Blondel ao MAE, Rio, 17.03.44.

39. Cf. Argel, vol. 1621, teleg. 127, Blondel ao “Service des Oeuvres”, Rio, 31.03.44. Raymond Warnier tinha sido entre 1922 e 1935 diretor do “Institut Français de Zagreb”, na Iugoslávia, e de 1935 a 1941, diretor do “Institut Français du Portugal”.

Warnier propõe, para a capital do país, a criação de um centro de estudos superiores, forma discreta de um futuro Instituto Francês; a criação de novas Alianças Francesas; aumento dos salários dos professores; a busca de uma solução à falta de livros e revistas francesas e o resgate ou retomada das ações da sociedade do Liceu Franco-Brasileiro do Rio, que tinha sido criado graças às subvenções e créditos franceses.

R. Warnier visitou São Paulo para igualmente estabelecer um balanço⁴⁰ da situação, que confirmou ser, aproximadamente, a mesma do Rio. Suas primeiras conclusões foram a necessidade de regularizar, imediatamente, a situação administrativa e o aumento do salário dos professores; a constituição de uma sociedade de edição “constituída e controlada” pela Embaixada, que deveria editar de imediato, em Argel, uma geografia do Brasil, escrita por Monbeig, muito oportuna “no plano político tendo em conta a partida anunciada do Corpo Expedicionário Brasileiro”, e um número especial comemorativo do segundo aniversário da Associação Brasileira dos Geógrafos, fundada em 1934 pelo professor Desfontaines.

Se a situação da Aliança Francesa era boa, o Liceu Francês tinha escapado completamente, como o Liceu do Rio, ao controle francês, apesar da participação francesa na sua construção e funcionamento. Enfim, a Universidade de São Paulo continuava a ser a aliada ideal, sendo a “mais favorável a nossos esforços que a do Rio, mais governamental”.

Com a chegada de R. Warnier, se produz a retomada da ação cultural, mas, pela primeira vez, por um técnico da cultura que pensava ser necessário adaptar os produtos culturais à situação de guerra e de censura; estimular e desenvolver todas as atividades que não fossem muito susceptíveis às restrições

40. *Oeuvres*, vol. 70, carta de Warnier ao “Service des Oeuvres”, Rio, 24.06.44.

do estado de guerra, como por exemplo os cursos de francês; reorganizar as bibliotecas, e, eventualmente publicar brochuras, como a Aliança Francesa do Rio, que havia começado a publicação de uma série de “cadernos”. A idéia era investir no futuro⁴¹.

O Retorno dos Professores

A maioria dos professores desejava retornar à França. Blondel tinha compreendido isto e pedia, apesar da oposição do governo francês, a volta deles:

...a maioria de nossos professores manifesta o desejo legítimo de retornar à França depois de nove anos de Brasil, em razão do prolongamento da estadia imposto pelas circunstâncias de 1939-1940. É tão difícil se opor quanto permitir o retorno deles. Sem prejudicar a nossa política futura e as intenções do governo brasileiro em relação ao futuro do ensino e do revezamento nas cátedras, parece oportuno, de hoje em diante, prever a substituição eventual dos mesmos⁴².

Enfim, em agosto de 1944, o Service des Oeuvres decidiu a volta progressiva dos professores franceses no Brasil, mas até a liberação da França eles deveriam ficar nos seus postos⁴³.

A Propaganda Artística

Segundo a visão elitista dos arquitetos da política cultural francesa, a única música digna de representar a França era a música clássica. Madalena Tagliaferro, brasileira, professora de piano no Conservatório de Paris, de passagem pelo Brasil no momento da *défaite* francesa, aceitou a oferta do governo brasileiro de um contrato por alguns meses e a embaixada francesa no Rio de Janeiro interveio a

41. *Oeuvres*, vol. 70, carta sem n., Warnier ao “Service des Oeuvres”, Rio, 04.08.44.

42. *Argel*, vol. 1621, teleg. 351 “Secret”, Blondel ao MAE, Rio, 28.07.44.

43. *Argel*, vol. 1621, teleg. 248 e 259 “Secret”, Diplofrance a Blondel, *Argel*, 04 e 12.08.44.

seu favor, junto ao Conservatório de Paris, para manter sua cátedra, alegando “a excelente propaganda que ela faz em favor da música francesa”.

Outros não tiveram a mesma sorte. Tratava-se do contrato de Edith Piaf e Charles Trenet, projeto de iniciativa privada entre dois empresários: Viggiani, empresário habitual de todas as manifestações francesas no Rio, e Robert Teldy, representante desses dois artistas. Obrigados a fazerem um pedido de autorização oficial, o primeiro se dirige ao embaixador no Rio e, o segundo, a Jean Bourdeillette, do Service des Oeuvres Françaises à l’Etranger, que toleraria o envio de Charles Trenet, mas era francamente contrário ao de Edith Piaf: “o talento particular desta artista e seu repertório não me parecem de natureza a servir utilmente nossa propaganda no estrangeiro”⁴⁴.

O embaixador Saint Quentin também duvidava que o repertório desta *chanteuse de café* pudesse servir à influência francesa⁴⁵. Contudo, ele não faria restrições à vinda dela “cujo talento é incontestável”, se na escolha de seu repertório ela levasse “em conta que a convenção moral, na tela ou no palco, é mais rigorosa no Brasil do que na França”⁴⁶.

Estava tudo pronto, o contrato de Edith Piaf seria de oito semanas. Viggiani estava impaciente, só faltavam os vistos de saída do território francês⁴⁷. Entretanto, o governo francês decidiu⁴⁸ recusar o visto de saída para Edith Piaf. O secretário geral do

44. *Oeuvres*, vol. 120, carta 12, MAE a St Quentin, Vichy, 09.10.41.

45. *Oeuvres*, vol. 120, teleg. 469, St Quentin ao “Service des Oeuvres”, Rio, 12.09.41.

46. *Oeuvres*, vol. 120, teleg. 625, St Quentin ao MAE, Rio, 22.11.41.

47. *Oeuvres*, vol. 96, teleg. 162 a 168, St Quentin ao MAE, Rio, 02.02.42.

48. Pesou na decisão a seguinte opinião desfavorável de Hoppenot, Embaixador em Montevideú: “Não se compreenderá que nós favoreçamos, nas circunstâncias atuais, a exportação de espetáculos de cabaré que não podem servir nem a nossa propaganda artística, nem ao nosso prestígio moral, e

Ministério das Relações Exteriores, Charles Rochat, escreveu: “Não me parece, com efeito, que o repertório desses artistas possa, nas circunstâncias atuais, constituir um elemento de nossa propaganda no estrangeiro”⁴⁹.

A decisão encontrou unanimidade em todas as instâncias do governo: a cultura, como influência cultural, como ação cultural ou como propaganda cultural, era uma coisa só: instrumento político.

A presença da brasileira Madalena Tagliaferro continuava a conservar e alimentar, com o seu repertório francês, o gosto e o amor pela música francesa. R. Warnier propõe, em 1945, um projeto com um programa geral de concertos e de obras populares. Este programa, a pedido de Georges Bidault, novo Ministro das Relações Exteriores já instalado em Paris, se define da seguinte forma⁵⁰: a propaganda artística no Brasil deveria prever exposições de pintura ou de arte regional; concertos com a participação de Madalena Tagliaferro e o envio de um grande maestro para uma ou duas audições consagradas à obra de Fauré; e a retomada das atividades musicais e de canto, que seriam organizadas pelo empresário Viggiani. A idéia era trazer vedetes “universalmente conhecidas”, como Maurice Chevalier, além daquelas anteriormente censuradas por Vichy, Charles Trenet, Edith Piaf e Lucienne Boyer.

Quanto às atividades teatrais, “só um conjunto de primeira classe, como a *tournee* Jouvét de 1940, a Comédie Française ou o Ballet de l’Opéra poderia cobrir suas despesas ao mesmo tempo que serviria aos nossos interesses”.

que evocarão uma imagem bem afastada de sua aflição e de seu esforço de reabilitação espiritual”. *Oeuvres*, vol. 120, teleg. 31/32, Hoppenot ao MAE, Montevideu, 10.02.42.

49. *Oeuvres*, vol. 120, teleg. 86, Ch. Rochat à embaixada francesa no Rio, Vichy, 16.02.42.

50. *Oeuvres*, vol. 70, carta 144, Blondel a Georges Bidault MAE, Rio, 05.12.44.

Na leitura deste programa percebe-se a continuidade espantosa com a política cultural vichysta. Os objetivos eram os mesmos: utilizar a ação cultural para a propaganda política e unir a colônia francesa no Brasil. Certos produtos culturais, anteriormente desprezados por Vichy, como por exemplo os artistas populares, foram integrados na nova estratégia. A propaganda cultural se tornou, com R. Warnier, uma política bem definida. O objetivo era apagar os anos negros da colaboração e, paralelamente, criar o mito da resistência.

Uma Nova Política Cultural?

Como já vimos, para R. Warnier, a ação cultural tinha como único objetivo a propaganda cultural. Ele definia a cultura como englobando “o problema da presença moral e espiritual da França e da difusão do pensamento e do espírito francês no mundo, no sentido mais vasto”⁵¹. Ele tentou definir as grandes questões num programa⁵² de propaganda cultural pela “França de amanhã”. Sua preocupação era determinar, após os quatro anos da guerra, aquilo “em que a França faltou ao mundo”.

Para a realização desse programa, eram necessários jovens com espírito de equipe e devotados à França nova. Verdadeiros profissionais da cultura. R. Warnier sugeriu até que se criasse, em Paris, uma espécie de grande seminário laico para a formação de todo tipo de agentes destinados ao estrangeiro (professores das Alianças Francesas, agentes da informação etc.)⁵³. Ele também estava persuadido de que o futuro da expansão cultural francesa estava sobretudo ligado “à fidelidade aos grandes princípios da República de 89 e 71”, e de que principalmente a

51. *Oeuvres*, vol. 70, carta sem n., Warnier ao “Service des Oeuvres”, Rio, 10.11.44.

52. Cf. *Oeuvres*, vol. 70, carta sem n., Warnier, Rio, 22.09.44.

53. *Oeuvres*, vol. 70, carta sem n., Warnier a Seyrig “Legation de France à New York”, Rio, 08.11.44.

França não deveria desiludir as esperanças dos povos. A França, definindo-se como potência democrática, estimulava, no Brasil, as lutas pelas liberdades políticas⁵⁴.

O adido cultural considerava que a liberação da França tinha criado no Brasil um “clima único”. Em consequência, se deveria agir rapidamente. Para isso ele elaborou um “anteprojeto de intercâmbios culturais”. Suas idéias estavam sintonizadas com as do novo governo francês que, em 1945, ao transformar o Service des Oeuvres em Direction Générale des Relations Culturelles, definia sua vontade de dar aos negócios culturais um lugar essencial na sua política exterior.

Conclusão

A guerra foi um momento fundamental que revelou, de forma mais explícita as contradições, os conflitos e as alianças internas. Momento de redefinição da imagem que a França tinha dela mesma e da imagem que os outros tinham dela. A dimensão universal da cultura francesa serviu, neste período, como uma arma de propaganda para o Estado e como militantismo patriótico e razão de ser para os intelectuais e artistas exercendo suas profissões no estrangeiro, num momento conturbado. Pois, de uma parte, a universalidade era bem-vinda num país onde a influência cultural francesa já era uma tradição e uma marca do *rang* social das elites. E, de outra parte, a ação cultural permitia conservar, em volta do Estado, um mínimo de coesão, aproveitar as organizações existentes, as alianças conquistadas, e as simpatias garantidas.

O discurso do governo provisório da França era claramente contra as ditaduras. Era necessário apagar da história o período vichysta, a nova França se identificava com os valores democráticos da Revolução Francesa, com a República. De Gaulle

encarnava todos esses valores, aos quais se adicionava o mito da resistência, “nova referência fetiche, quase sagrada” (ROUSSO, 1990, p. 33).

Foi no plano cultural que se fez a confluência entre os vichystas e os gaullistas. Era a França que devia ser salva. “A França não está morta” era o grande *slogan* de todos. Para os primeiros, porque ela continuava a existir e que depois da purificação moral, intelectual e política da ação da Révolution Nationale, ela seria, muito mais que no passado, o foco de uma cultura que teria encontrado novamente suas raízes, cuja divisa era “trabalho, família, pátria”. Para os segundos, porque, apesar da traição de um grupo de “maus franceses”, ela era e continuaria a ser o que ela sempre foi, a França imortal, tendo como divisa *liberté, égalité, fraternité*. Desta maneira, era na defesa de uma mesma concepção de cultura, amalgamada à idéia de nação, que essas forças, inimigas no plano político, se aproximaram como aliadas.

O Brasil, após a guerra, era um país onde as elites tradicionais foram progressivamente afastadas e, em consequência, novos produtos foram necessários para se poder atingir um novo público. Era o momento de consolidação de um verdadeiro mercado intelectual num processo de “substituição de importações” no plano cultural (cf. MICELI, 1981, pp. 12-13). A expansão norte-americana é, neste período, a grande rival da influência cultural francesa. Ela é de tipo novo, incorpora as novas formas de comunicação, principalmente o cinema, o que lhe permite, disputar também a hegemonia cultural dentro da sociedade brasileira: ela seduz a todos, reservando a cada um uma parte de sonho e de realidade dentro do seu *american way of life*. Ao contrário da influência francesa que se realiza sobretudo na literatura, no modelo de educação, no teatro, nas operetas, nos produtos de luxo e no próprio conhecimento da língua – trata-se de um discurso que pretende ser moderno, trazer o progresso, não pretendendo ser “civilizador”.

54. *Ibidem*

Bibliografia

MICELI, Sergio. *Les Intellectuels et le Pouvoir au Brésil (1920-1945)*. Paris e Grenoble, Collection Brasilia, Presses Universitaires de Grenoble e Maison des Sciences de l'Homme, 1981.

MOURA, Gerson. *Successos e Ilusões: Relações Internacionais do Brasil Durante e Após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ROUSSO, Henry. *Le Syndrome de Vichy. De 1944 à nos jours*. Paris, Editions du Seuil, 1990.

SALON, Albert. *L'Action culturelle de la France dans le monde*. Tese de doutorado (3 volumes). Paris, Universidade de Paris 1, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro e São Paulo, Paz e Terra e Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

Endereço do Autor: 64 allée des Mèlèzes - 93.300 – Aubervilliers – França.
